

## DOSSIÊ

DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIOS PRODUTIVOS,  
TRABALHO E CONFLITO SOCIALDEVELOPMENT, PRODUCTIVE TERRITORIES,  
LABOUR AND SOCIAL CONFLICT

José Ricardo Ramalho\*  
Roberto Véras de Oliveira\*\*

O retorno ao tema do desenvolvimento ganhou destaque no Brasil e na América Latina na última década e meia. Esta agenda renovada e o discurso político que se constituiu nesse contexto, promoveram um debate nas várias áreas das ciências sociais e humanas com o uso, cada vez mais frequente, de expressões como “novo desenvolvimento”, “social-desenvolvimentismo”, “desenvolvimentismo de esquerda”, “neodesenvolvimentismo”, “desenvolvimentismo light”<sup>1</sup>.

Um aspecto recorrente nessa discussão foi o reconhecimento do papel estratégico do Estado na economia, tomado como um ponto de corte frente às orientações políticas de referência neoliberal. Nota-se também uma valorização das dimensões *social* e *política* do desenvolvimento, com esta última sendo associada não só ao papel do Estado na economia, mas também a formas de ampliação da participação social. Os pontos de vista são construídos estru-

\* É professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (Rio de Janeiro/RJ/ Brasil). É pesquisador do CNPQ e da Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado) e coordenador do Grupo de Pesquisa do CNPQ “Desenvolvimento, trabalho e ambiente” (DTA-UFRJ). [josericardoramalho@gmail.com](mailto:josericardoramalho@gmail.com).

\*\* É professor associado da Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa/PB/Brasil), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Pesquisador do CNPQ. [roberto.veras.2002@gmail.com](mailto:roberto.veras.2002@gmail.com).

1. Interpretações sob perspectivas diversas encontram-se expressas em trabalhos como Bresser-Pereira (2003; 2006; 2011), Ramalho (2005), Rodrigues e Ramalho (2007), Sicsú, Paula, Michel (2007), Boschi e Gaitán (200), Ridenti (2009), Boschi (2011), Diniz (2011), Draibe e Riesco (2011), Kerstenetzky (2011), Ivo (2012), Pochmann (2012), Cepêda (2012), Ramalho e Fortes (2012), Ramalho, Santos e Lima (2013), Ramalho e Rodrigues (2013), Ramalho e Véras de Oliveira (2013), Ivo *et al.* (2013), Castro (2013), Gomide e Pires (2014), entre outros.

turando-se sob antinomias como crescimento/desenvolvimento, crescimento econômico/distribuição de renda, desenvolvimento econômico/desenvolvimento social, política econômica/política social, Estado/mercado, governança/contestação social, eficiência/equidade, velho/novo desenvolvimentismo, competitividade/sustentabilidade, desenvolvimento local/cadeias produtivas globais, governança/contestação social, entre outras.

Um ângulo especialmente relevante nessa discussão diz respeito aos conflitos sociais e do trabalho, suas formas de emergência, seus processos de reconhecimento e de institucionalização, e suas implicações para a agenda pública na ressignificação das ideias de eficiência, equidade, sustentabilidade e participação social.

Nos estudos sobre o trabalho reconhece-se que há uma tendência do capitalismo mundial, já de longa duração, de flexibilização das relações de trabalho, associada a processos de precarização, terceirização e informalização. Mais recentemente, em alguns países da América Latina, com a retomada das ideias de desenvolvimento e de regulação pública do trabalho, buscou-se uma alternativa a essa imposição flexibilizadora. Os resultados, contudo, não parecem ter sido capazes de esboçar um contraponto claro a essa estratégia imposta pelo sistema econômico mundial.

O Brasil, a partir de 2004, passou a experimentar um novo ciclo de crescimento econômico e de melhoria dos indicadores do mercado de trabalho. Houve uma ampliação do emprego formal, a recuperação do poder de compra da renda do trabalho, uma política de valorização do salário mínimo, um aumento da oferta de empregos, uma recomposição da renda de servidores públicos, políticas de transferência de ren-

da, ganhos salariais resultantes de negociações coletivas etc.

Este conjunto de iniciativas, no entanto, não produziu mudanças estruturais capazes de superar a condição histórica do trabalho precário e a frágil estruturação e regulação pública do mercado de trabalho brasileiro (KREIN et al., 2011; BALTAR e KREIN, 2013). Considere-se ainda que a conjuntura de ganhos salariais, de benefícios e de renda não resultou em uma reafirmação das organizações sindicais e populares como protagonistas no cenário político do país (ARAÚJO e VÉRAS de OLIVEIRA, 2011/2014). Os esforços de associação entre processos de desenvolvimento e ganhos sociais desafiam os atores referenciados nos princípios de *equidade*, *sustentabilidade* e *participação* a irem além das políticas pautadas pelo governo.

No que concerne à agenda de desenvolvimento do país e suas implicações econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, cabe um destaque aos grandes projetos de infraestrutura e a outras formas de concentração territorial de investimentos públicos e privados e de aglomeração produtiva. O caráter especial dessas configurações implica, entre outros aspectos: em modificações nos padrões produtivos e em novos padrões de relações de trabalho; conexões com cadeias produtivas globalizadas; impactos ambientais; geração de mobilidades espaciais e sociais; eclosão de conflitos sociais; constituição de novos atores e de novos arranjos institucionais. No entanto, tais configurações não podem, do ponto de vista analítico, mesmo que sob a forma de “enclaves”, serem dissociadas de contextos mais amplos, especialmente da conjunção de políticas econômicas e sociais nacionais, assim como das influências internacionais.

Nos grandes projetos (uma característica distintiva do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), ganha relevância a constituição de complexos arranjos institucionais (Cf., por exemplo, GOMIDE e PIRES, 2014), que articulam agentes públicos e privados, internacionais, nacionais e, com menor peso, locais, das áreas financeira e produtiva. Desses arranjos, contudo, ficam excluídos os agentes sociais e estatais centralmente referidos às demandas por equidade, sustentabilidade e participação, o que tem resultado em conflitos sociais, trabalhistas e ambientais. Estes conflitos, em muitas de suas manifestações, têm-se revelado explosivos, espontâneos, dotados de pouco suporte institucional, como nos casos das greves de trabalhadores da construção civil, ocorridos em grandes obras do PAC, em 2011 e 2012 (Cf. VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013 e 2014).

Em um contexto de globalização dos mercados, as configurações territoriais, se por um lado precisam ser observadas pelos seus condicionantes locais, por outro, não podem deixar de ser consideradas nas suas determinações exógenas. Daí a importância dos estudos que, a partir da incidência de cadeias produtivas globais em regiões em processo de desenvolvimento, procuram analisar as dinâmicas sociais do trabalho (Cf. HUMPHREY e SCHMITZ, 2002; PEGLER e KNORRINGA, 2007), assim como sua implicação na reestruturação das cidades e das metrópoles (Cf. RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2007 e 2014).

A proposta deste dossiê é reunir reflexões de diferentes pontos de vista e perspectivas que abordem a questão do desenvolvimento, em um contexto de globalização, com destaque para os seguintes aspectos: a) as recentes políticas públicas e as formas de gestão do desenvolvimento, incluindo novas institucionalidades, por vezes incorpo-

rando a participação da sociedade e de suas instâncias de representação; b) a dimensão territorial do desenvolvimento, valorizando não apenas sua base física, mas o conjunto de relações que se estabelece entre os diversos atores nele estrategicamente situados, como empresas, órgãos governamentais, organizações não governamentais, sindicatos e movimentos sociais; c) a constituição de novas formas de resistência e de luta por parte de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, como reação à implementação de estratégias gerenciais de tipo flexível e articuladas nacional e globalmente.

A primeira sequência de artigos tem a Amazônia como referência, e trata de situações nas quais os atores sociais reagem aos projetos de desenvolvimento e seus efeitos sobre a região. Em “A nova agenda de desenvolvimento pela ótica dos conflitos sociais: o caso de Belo Monte”, Sérgio Roberto Moraes Corrêa e Roberto Vêras de Oliveira sugerem uma abordagem diferente para compreender o processo de construção de uma das maiores hidrelétricas do país, no Pará. Partem do pressuposto de que o ângulo dos conflitos sociais, tomados em perspectiva histórica, pode trazer uma contribuição à análise desse novo estágio de desenvolvimento da região. Os autores dão uma atenção especial à constituição sócio-histórica e à ação dos atores, às condições sociais e institucionais de seus posicionamentos, os conflitos, composições e arranjos daí resultantes. Fundamentado em extenso trabalho de campo, argumentam que as lutas e resistências ao projeto Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte – AHE Belo Monte contribuíram para redimensioná-lo e alteraram sua dinâmica.

Marcelo Sampaio Carneiro e William Santos de Assis, em “O controle do desmatamento na Amazônia como um processo de mo-

modernização ecológica: a experiência do Projeto Município Verde”, discutem a redução dos níveis de desmatamento e a regularização ambiental das propriedades rurais, tomando como base o município de Paragominas/PA, que se mobilizou para implantação do Projeto do Município Verde. Para os autores, esse caso pode ser visto como uma experiência parcial de modernização ecológica, ainda em uma fase inicial, e consideram importante destacar que esse processo de modernização foi conduzido e voltado para a grande e média propriedade fundiária, deixando de lado o investimento em tecnologias que permitam a inserção dos agricultores familiares no Projeto, fazendo com que esse grupo social se sinta excluído da experiência de governança do desmatamento.

A proposta de desenvolvimento através de grandes investimentos e grandes projetos também foi implementada no Nordeste brasileiro. Em *Desenvolvimento, território e políticas sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos*, Rogério de Souza Medeiros e José Henrique Artigas de Godoy tratam do dinamismo econômico promovido pelo crescimento do Complexo Industrial Portuário de Suape em Pernambuco após 2007. Discute-se a perda de centralidade das políticas de desenvolvimento regional e a ampliação das ações de governo voltadas especialmente para esse tipo de território produtivo. Para os autores, o caso de Suape ilustra este novo momento, e destacam as contradições entre a constituição de territórios produtivos integrados e a dificuldade de articulação e execução de políticas sociais mitigadoras dos impactos negativos condicionados pelas novas dinâmicas econômicas, sociais e culturais nos níveis municipal e territorial. A verificação de distintas formas de apropriação da noção

de “território” na estruturação das políticas públicas indica obstáculos à construção de uma plataforma desenvolvimentista que equacione adequadamente o crescimento econômico e a equidade social, colocando em cheque a efetividade dos processos de desenvolvimento. Neste aspecto, o caso de Suape favorece a reflexão sobre os sentidos, os termos, os alcances e limites da nova questão do desenvolvimento no Nordeste e, particularmente, em Pernambuco. Em face dos condicionantes sociais promovidos pelo crescimento econômico acelerado e pela transformação das estruturas produtivas, a verificação do descompasso entre as políticas públicas em âmbito territorial permite a definição de uma agenda de pesquisas que contemple os desafios impostos pelos grandes projetos industriais em curso no país.

A presença de antigos e novos projetos de desenvolvimento é também uma característica da região Sul do Estado do Rio de Janeiro. Os três artigos seguintes abordam temáticas diferentes, mas referidas a questões que afetam os processos mais recentes de desenvolvimento industrial. Cristiano Fonseca Monteiro e Raphael Jonathas da Costa Lima, em “Entidades empresariais e desenvolvimento no Sul Fluminense: governança, estratégia e estrutura”, desenvolvem uma crítica ao modelo geral dos Arranjos Produtivos Locais (APL) como paradigma teórico e de políticas públicas, por conta de sua ênfase excessiva na dimensão estratégica do que se convencionou chamar de “governança” dos atores e processos econômicos. Com base em uma literatura mais ampla sobre o tema do desenvolvimento regional, os autores sugerem que há importantes limites estruturais a serem considerados quando se fala em uma estratégia de desenvolvimento. Argumentam que tais limitações incluem a

interação entre os aglomerados locais e as cadeias globais nas quais porventura aqueles possam estar inseridos. Isso define uma determinada distribuição de poder entre os diferentes elos destas cadeias, de modo que as localidades nem sempre são o polo ativo nas referidas cadeias.

Em *Indústria e desenvolvimento: efeitos da reinvenção de um território produtivo no Rio de Janeiro*, José Ricardo Ramalho avalia as quase duas décadas de um processo de reconfiguração do parque industrial do Sul Fluminense com a implantação de fábricas da indústria automotiva. Demonstra que o impacto dos novos investimentos alterou substantivamente as atividades econômicas, políticas e administrativas regionais e fez crescer o mercado de trabalho formal, o ritmo de obras da construção civil e os recursos arrecadados pelos municípios. A intenção do texto é problematizar a “reinvenção” desse território produtivo já industrializado, tomando como base dados estatísticos que apontam melhorias em índices econômicos, sociais e do mercado de trabalho, mas também confirmam o uso sistemático do trabalho barato como característica marcante das estratégias empresariais; e sugere uma discussão sobre a capacidade de interferência de empresas que fazem parte de “redes globais de produção”, em processos de desenvolvimento regional, de modo a revelar um complexo conjunto de motivações e interesses associados a esses territórios produtivos problematizando qualquer análise unilateral sobre esses processos.

Ainda sobre esta região, *Da estratégia corporativa à ação economicamente relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro*, de Rodrigo Santos, discute a centralidade da ação econômica, derivada da capacidade transformadora de grandes projetos de investimento, e como exemplo

descreve o atual perfil da holding Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN), para a qual a expansão da atividade mineradora de ferro representa um elemento essencial da redefinição de sua estratégia corporativa. Aborda também a emergência de formas sociais específicas de reação, no território onde a empresa a implementa, potencialmente capazes de conduzir ao confronto político. O autor argumenta que tais formas de (re) ação são economicamente relevantes, na medida em que influenciam, em graus variados, estratégias privadas e públicas de desenvolvimento econômico. O artigo recupera, assim, a concepção weberiana acerca da ação e dos agentes econômicos e economicamente relevantes, que vêm inspirando parte importante da configuração teórica da Nova Sociologia Econômica, e a operacionaliza a partir da análise de um conflito socioambiental, erigido em torno da mineração de ferro.

O texto de Lee Pegler, *Cadeias de valor sustentáveis e trabalho – dos conceitos à prática*, faz um levantamento compreensivo da literatura sobre “cadeias de produção global” e discute sua contribuição para se entender a forma como suas estruturas de governança desempenham um papel na definição da posição de ganhadores e perdedores, com fornecedores e trabalhadores nos elos iniciais das cadeias em países em desenvolvimento. Ressalta o aumento da consciência por parte de grupos da sociedade civil, engajados em temas ligados ao comércio ético sobre questões ligadas à sustentabilidade e às enormes diferenças no valor e na renda em cada ponta da cadeia, e destaca que os sindicatos têm sido particularmente ativos em chamar atenção para as consequências potenciais da governança de cadeias para os direitos trabalhistas e padrões internacionais de trabalho. Contu-

do, afirma o autor, a despeito destes desdobramentos, o nível de entendimento dos processos em curso dentro e através destas cadeias globais é ainda bastante fragmentário, e em termos de pesquisa há uma falta de integração nas considerações sobre trabalho, sustentabilidade e logística na maior parte dos estudos sobre cadeias. Pegler se propõe a explorar o potencial de melhoria dos direitos trabalhistas dentro de cadeias de valor sustentáveis e aprimorar as lentes conceituais que usamos para analisar a posição e o papel do trabalho nas cadeias.

Finalizando o dossiê, Marcos Costa Lima, Joyce Helena Ferreira da Silva, João Ricardo Cumarú Silva Alves, em *Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China*, abordam os processos de formação das cidades e as possibilidades de modificação da realidade, principalmente onde o crescimento se deu de forma desordenada, com fragilidades ou mesmo ausência de planejamento. A proposta do texto é delinear um panorama geral, inicialmente com uma retrospectiva histórica dos processos de crescimento e desenvolvimento das cidades, em seguida apresentando o arcabouço teórico que auxilia na compreensão de aspectos atuais sobre o urbano, com o uso do pensamento de Henri Lefebvre, David Harvey e Manuel Castells, que incluem a noção de espaço no debate marxista. A terceira parte do artigo apresenta estudos específicos das realidades chinesa e brasileira, os processos de urbanização das metrópoles desses dois países, indicando a intensa atividade do Estado, com a centralidade do planejamento na articulação de infraestrutura para o país asiático e, em contraposição, o crescimento desordenado e o abandono do planejamento urbano que se observa no caso brasileiro.

## Referências

- ARAÚJO, A.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. El sindicalismo Brasileño en la Era de Lula. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 5, 2011, p. 83-112.
- BALTAR, P.; KREIN, D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, nº 68, maio/ago. 2013.
- BOSCHI, R. Introdução: instituições, trajetórias e desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina. In: BOSCHI, R. (Org.). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, nº 53, Salvador, May/Aug, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In: BOTELHO, A.; SCHWARZ, L. (Orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE. v. 20, nº 3, jul./set. 2006, p. 5-24.
- \_\_\_\_\_. Retomada da revolução nacional e novo desenvolvimentismo. In: BRESSER-PEREIRA, L. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5 ed., rev. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CEPÊDA, V. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Revista de Estudos Avançados IEA- USP*, nº 75. São Paulo: USP, 2012.
- CASTRO, I. S. B.(Org.). *Novas interpretações desenvolvimentistas*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2013.
- DINIZ, E. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). *Dados*. Rio de Janeiro, v. 54, nº 4, 2011.



- DRAIBE, S.; RIESCO, M. Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*. Porto Alegre, v. 13, nº 27, maio/ago. 2011, p. 220-254.
- GOMIDE, A.; PIRES, R. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.
- HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. How does Insertion in Global Value Chains Affect Upgrading in Industrial Clusters? *Regional Studies*, 36, 9, 2002, p. 1017-27.
- KERSTENETZKY, C. L. Welfare State e Desenvolvimento. *DADOS*. Rio de Janeiro, v. 54, nº 1, 2011, p. 129-156.
- KREIN, D.; SANTOS, A.; NUNES, B. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. *Revista da ABET*, v. 11, nº 2, jul-dez. 2011.
- IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. *Caderno CRH*, v. 25, nº 65, Salvador, mai/ago, 2012.
- IVO, A. B. L. et al. (Orgs.). *Dicionário Temático – Desenvolvimento e a Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.
- PEGLER, L.; KNORRINGA, P. Integrating Labour Issues in Global Value Chain Analysis: Exploring Implications for Labour Research and Unions. In V. Schmidt (ed.), *Trade Union Responses to Globalisation*, ILO, Geneva, 2007, p.35-49.
- POCHMANN, M. Novo desenvolvimentismo como resposta à crise global. In: CASTRO, D.; MELO, J. (Orgs.). *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil, 2011- 2012: Indicadores*. Brasília: Ipea, 2012.
- RAMALHO, J. R. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Dados*, São Paulo, v. 48, nº 3, 2005.
- RAMALHO, J. R.; FORTES, A. (Orgs.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012, p. 225-246.
- RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. Sindicato, desenvolvimento e trabalho: crise econômica e ação política no ABC. *Caderno CRH*, Salvador, v.26, nº 68, 2013, p. 217-231.
- RAMALHO, J. R.; SANTOS, R.; LIMA, R. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.3, 2013, p. 175-200.
- RAMALHO, J. R.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R.(Orgs.). Dossiê: Trabalho e desenvolvimento - um debate atual? *Caderno CRH*, v. 26, 2013a.
- RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. (Org.). *As Metrópoles e a Questão Social Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- RODRIGUES, I.; RAMALHO, J. R. *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos*. São Paulo: Annablume, 2007.
- RIDENTI, M. Desenvolvimentismo: o retorno. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 92, janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2014.
- SICSÚ, João et al. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*. v. 4, nº 27, 2007.
- VERÁS DE OLIVEIRA, R. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, nº 68, mai./ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, mai. 2014.

